

**INFORMAÇÃO Nº:** 303/2016

**PROCESSO Nº:** 14.774/2016

**INTERESSADO:** Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF

**ASSUNTO:** Licitação

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 46.218.230,44

**DATA DE ABERTURA:** Suspenso

**EMENTA:** Pregão Eletrônico nº 05/2016. Contratação de empresa especializada em transporte de pessoas pela Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer – SE/DF para prestação de serviço de transporte escolar para os alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, na Região "F" – Sobradinho, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado conforme especificação constante no Termo Referência e seu ENCARTE B, nos itinerários residência-escola e vice-versa, bem como nas atividades curriculares ou extracurriculares contidas nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições Educacionais. Decisão nº 4.902/2016. Determinações. Pedido de Reexame. Decisão nº 5.791/2016. Análise de mérito de recurso. Não provimento. Pela continuidade. Arquivamento.

Senhor Diretor,

Tratam os autos do análise de mérito de Pedido de Reexame apresentado pela COOPERCAM – COOPERATIVA DOS CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS DE CARGAS E PASSAGEIROS EM GERAL LTDA. (e-doc 5C0C62A8-c), contra o item II, alínea “b.2” da Decisão nº 4.902/2016, relativo à medidas corretivas a serem implementadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 05/2016, conduzido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF, cujo objeto é a prestação de serviço de transporte escolar para os alunos da



Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, na Região "F" - Sobradinho, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado conforme especificação constante no Termo Referência e seu ENCARTE B, nos itinerários residência-escola e vice-versa, bem como nas atividades curriculares ou extracurriculares contidas nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições Educacionais.

2. Por intermédio da Decisão nº 5.791/2016 (e-doc 3A0D945B-e), o Tribunal decidiu:

*"I. conhecer do pedido de reexame da Cooperativa dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas e Passageiros em Geral Ltda. – COOPERCAM, **concedendo efeito suspensivo ao item II - b2 da Decisão nº 4902/2016**, nos termos do art. 188 do RI/TCDF; II. autorizar: a) nos termos do § 2º do art. 4º da Resolução TCDF nº 183/2007, a comunicação desta decisão aos interessados; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para análise de mérito do recurso."* [GN]

3. Por sua vez, o Tribunal, na Decisão nº 4.902/2016 (e-doc B27B52C1-e) recorrida, assim havia se pronunciado:

**"II – determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF que: a) refaça a pesquisa de preços estimados para o PE n.º 05/2016, com utilização de preços públicos de referência, nos moldes preconizados no Decreto n.º 36.220/2014; b) ajuste no instrumento convocatório a redação dos itens: b.1) 3.2.9, para passar a fundamentar a vedação de participação de cooperativas de mão de obra na licitação em epígrafe, em face das disposições contidas no art. 5º da Lei federal n.º 12.690/2012, na Súmula n.º 331 do TST e na alínea "a" do item II da Decisão TCDF n.º 278/2015; b.2) 11.2.5 para fundamentar para fins de habilitação para participação no certame de cooperativas de outras natureza que não as de mão de obra previsão nas exigências contidas nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei federal n.º 5.764/1971 e no art. 4º, incisos I e II da Lei n.º 12.690/2012, observando-se a vedação legal contida no art. 5º do referido diploma legal; III – considerar, no mérito, parcialmente procedentes as alegações contidas na Representação apresentada pela COOPERCAM - COOPERATIVA dos CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS DE CARGAS E PASSAGEIROS EM GERAL LTDA.; IV – autorizar: a) a continuidade do certame, após o cumprimento das diligências indicadas no item II, observando o prazo estabelecido no art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, condicionando a adjudicação/homologação do Pregão Eletrônico nº 05/2016 a ulterior manifestação do Tribunal; b) o encaminhamento ao Tribunal de cópia da ata e demais documentos que suportem o resultado do certame, nos termos do artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 10.520/02, para fins de verificação se os preços obtidos estão compatíveis com os de mercado, para consequente manifestação em relação à conclusão do procedimento licitatório; c) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e da Informação nº. 152/2016 à Jurisdicionada, de forma a auxiliar o cumprimento das diligências; d) o fornecimento de cópia à Jurisdicionada, na forma solicitada, com fulcro no art. 33, § 2º, da Resolução nº. 207/2010,**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 3

Proc.: 14774/16

Rubrica

*obedecendo, contudo, a Portaria nº. 128/2012, ou seja, na Sala de Atendimento ao Público, disso dando ciência à Requerente; e) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.” [GN]*

4. A Jurisdicionada, em atenção à Decisão nº 4.902/2016, encaminhou o Ofício nº 2.254/2016 – GAB/SE (e-doc 6670FE1-c), apresentando seus esclarecimentos acerca das medidas determinadas na referida Decisão.

5. No que se refere à Decisão nº 5.791/2016, não houve determinação à SE/DF para que apresente as contrarrazões acerca das questões levantadas no Pedido de Reexame. Apesar de a Jurisdicionada ter tomado conhecimento da Decisão por meio do Ofício nº 11.148/2016 – GP (e-doc 70077FB0-e), até a presente data não foram apresentados possíveis esclarecimentos acerca do recurso.

6. Diante disso, nessa assentada iremos proceder a análise de mérito do Pedido de Reexame oferecido pela COOPERCAM, aproveitando, no que for possível, os esclarecimentos apresentados pela SE/DF acerca da medida determinada no item II-b.2 da Decisão nº 4.902/2016, bem como da análise das medidas corretivas adotadas pelo Órgão às demais determinações contidas na referida Decisão.

**DO PEDIDO DE REEXAME APRESENTADO PELA COOPERCAM**

7. A COOPERCAM – COOPERATIVA DOS CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS DE CARGAS E PASSAGEIROS EM GERAL LTDA. (e-doc 5C0C62A8-c), em seu Pedido de Reexame contra a medida determinada pelo Tribunal no item II-b.2 da Decisão nº 4.902/2016, alega que a inclusão no item 11.2.5 de exigência de documentos para fins de habilitação das cooperativas, respaldados nos art. 4º, inciso XI<sup>1</sup>, art. 21, inciso I<sup>2</sup> e art. 42<sup>3</sup>, §§ 2º a 6º da Lei

<sup>1</sup> Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

[...]

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

<sup>2</sup> Art. 21. O estatuto da cooperativa, além de atender ao disposto no artigo 4º, deverá indicar:

I - a denominação, sede, prazo de duração, área de ação, objeto da sociedade, fixação do exercício social e da data do levantamento do balanço geral;

<sup>3</sup> Art. 42. Nas cooperativas singulares, cada associado presente não terá direito a mais de 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes. [\[Redação dada pela Lei nº 6.981, de 30/03/82\]](#)

[...]



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 4

Proc.: 14774/16

Rubrica

Federal n.º 5.764/1971 e no art. 4<sup>º</sup>, incisos I e II da Lei n.º 12.690/2012, não encontra amparo legal, podendo ferir a isonomia entre os participantes do certame.

8. Alega que o art. 42 da Lei n.º 5.764/1971 trata especificamente de cooperativas singulares, e que não seria possível se falar em exigência habilitatórias para todas as cooperativas, que não as de trabalho cuja a participação fora vedada, baseando no referido artigo da Lei, por se tratar apenas de cooperativas singulares e não as cooperativas centrais.

9. Além disso, entende que, como os dispositivos dos §§ 2º a 6º, do art. 42 da Lei 5.764/1971 são facultativos ao apresentar comandos utilizando os termos “pode”, “admitir-se”, por exemplo, as exigências nelas contidas não se tratariam de uma obrigatoriedade, mas sim uma faculdade.

10. No caso do art. 4º da Lei n.º 12.690/2012, entende a COOPERCAM que o dispositivo legal se refere especificamente sobre cooperativas de trabalho, nas quais, de antemão, tiveram sua participação vedada por esta Corte de Contas, conforme estaria depreendido na medida determinada no item II-b.1 da Decisão recorrida (Decisão n.º 4.902/2016).

11. Nesse sentido, a COOPERCAM requer que a Decisão n.º 4.902/2016 seja reformada, excluindo a menção ao art. 42, §§ 2º a 6º, da Lei n.º 5.764/1971, bem como ao art. 4º, incisos I e II da Lei n.º 12.690/2012, ambos contidos no item II, alínea b.2.

---

§ 2º Quando o número de associados, nas cooperativas singulares exceder a 3.000 (três mil), **pode** o estatuto estabelecer que os mesmos sejam representados nas Assembléias Gerais por delegados que tenham a qualidade de associados no gozo de seus direitos sociais e não exerçam cargos eletivos na sociedade. [\(Redação dada pela Lei nº 6.981, de 30/03/82\)](#)

§ 3º O estatuto determinará o número de delegados, a época e forma de sua escolha por grupos seccionais de associados de igual número e o tempo de duração da delegação. [\(Redação dada pela Lei nº 6.981, de 30/03/82\)](#)

§ 4º **Admitir-se-á**, também, a delegação definida no parágrafo anterior nas cooperativas singulares cujo número de associados seja inferior a 3.000 (três mil), desde que haja filiados residindo a mais de 50 km (cinquenta quilômetros) da sede. [\(Redação dada pela Lei nº 6.981, de 30/03/82\)](#)

§ 5º Os associados, integrantes de grupos seccionais, que não sejam delegados, **poderão** comparecer às Assembléias Gerais, privados, contudo, de voz e voto. [\(Redação dada pela Lei nº 6.981, de 30/03/82\)](#)

§ 6º As Assembléias Gerais compostas por delegados decidem sobre todas as matérias que, nos termos da lei ou dos estatutos, constituem objeto de decisão da assembléia geral dos associados. [\(Redação dada pela Lei nº 6.981, de 30/03/82\)](#) [GN]

<sup>4</sup> Art. 4º A Cooperativa de Trabalho pode ser:

I - de produção, quando constituída por sócios que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens e a cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção; e

II - de serviço, quando constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego.



## DO OFÍCIO Nº 2.254/2016 – GAB/SE

12. A SE/DF, por meio do Ofício nº 2.254/2016 – GAB/SE (e-doc 6670FE1-c), apresentou as medidas corretivas as serem implementadas a partir das determinações dispostas na Decisão nº 4.902/2016.

13. Conforme consta às fls. 250/293<sup>5</sup>, a SE/DF efetuou ações no sentido de adequado o instrumento convocatório, conforme determinado pelo Tribunal na referida Decisão.

14. Em cumprimento ao item II.a, realizou nova pesquisa de mercado (fls. 255/293<sup>5</sup>), sendo 3 (três) preços cotados de empresas e 3 (três) coletados de preços públicos, conforme tabela resumo a seguir reproduzida:

EMPRESAS QUE APRESENTARAM PROPOSTAS	Valor Km Rodado REGIÃO "F" - SOBRADINHO
TTAP	19,10
EXPRESSO VILA RICA	16,00
ROTA DO SOL	17,97
PE nº 21/2015 – SEEDF REGIÃO J	9,88
CT Nº 104/2014 – SEEDF REGIÃO E	9,90
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALINA - GO	8,26
<b>VALORES OBTIDOS PELA GSER</b>	<b>MÉDIA – 13,52      MEDIANA – 12,95</b>

QUADRO DO VALOR DO KM ESTIMADO

REGIÃO	KM ESTIMADO MENSAL	Valor KM Rodado	Valor Mensal R\$	KM ESTIMADO 30(MESES)	Valor Total R\$ 30( Meses)
F	87.089,20	12,95	1.127.805,14	2.612.676	33.834.154,20

15. Diante da nova pesquisa de preços, o custo por km rodado ficou em R\$ 12,95/km. O novo valor total previsto para o certame, referente a 30 meses, passou para R\$ 33.834.154,20, representando uma redução de 26,8% do custo originalmente estimado.

16. Verificando o PE nº 21/2015 – SEEDF Região J (fl. 274<sup>5</sup>), o valor estimado previsto no edital foi de R\$ 19,87/km, ficando o preço final adjudicado em R\$ 9,88/km. Ou seja, como o mercado aparenta ser competitivo, haja vista a participação de 25 (vinte e cinco) empresas no referido certame, o preço final a ser

<sup>5</sup> Folhas referenciais relativas aos e-doc 66770FE1-c.



obtido no pregão em epígrafe pode sofrer desconto significativo.

17. Sobre as demais medidas determinadas, o SE/DF, no documento acostado às fls. 295<sup>5</sup>, apenas noticiou que atendeu as medidas determinadas, sendo incorporadas na nova versão do edital.

## **DO MÉRITO DO PEDIDO DE REEXAME**

18. Em que pese o Tribunal não ter aberto prazo para a Jurisdicionada se manifestar acerca da contestação apresentada pela COOPERCAM contra o teor do item II-b.2 da Decisão nº 4.902/2016, entendemos que as informações disponibilizadas nos autos são suficientes para a análise de mérito.

19. Em análise à legislação vigente, em especial à Instrução Normativa – IN nº 02/2008 – MPOG, recepcionada sua aplicação no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 36.063/2014, verificamos a possibilidade para a contratação de cooperativas, nas seguintes condições:

*Art. 4º A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:*

*I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados; e*

*II - a possibilidade de gestão operacional do serviço for compartilhada ou em rodízio, onde as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e a de preposto, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666, de 1993, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada, em que todos venham a assumir tal atribuição.*

*Parágrafo único. Quando admitida a participação de cooperativas, estas deverão apresentar um modelo de gestão operacional adequado ao estabelecido neste artigo, sob pena de desclassificação.*

*Art. 5º Não será admitida a contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos cujo estatuto e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.*

*Parágrafo único. Quando da contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, no caso de cooperativa, ou pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição sem fins lucrativos, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.*

20. Além disso, a Instrução Normativa estabelece o regramento a ser adotado nos instrumentos convocatórios, caso a Administração possibilite a





participação de cooperativas, conforme as disposições contidas no art. 19, inciso XIV e § 3º, reproduzidas a seguir:

*Art. 19. Os instrumentos convocatórios devem conter o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indicando ainda, quando couber:*

*[...]*

*XIV - a possibilidade ou não da participação de cooperativas, nos termos desta Instrução Normativa;*

*[...]*

*§ 3º Sendo permitida a participação de cooperativas, o instrumento convocatório deve exigir, na fase de habilitação:*

*I - a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

*II - a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;*

*III – a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;*

*IV – o registro previsto na Lei 5.764, art. 107;*

*V – a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e*

*VI - os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:*

*a) ata de fundação;*

*b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;*

*c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;*

*d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;*

*e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e*

*f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;*

*VII – a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)*

21. Portanto, as alegações apresentadas pela COOPERCAM ao contestar o teor do item II-b.2 da Decisão nº 4.902/2016 não merecem prosperar,



haja vista a adequação determinada por esta Corte de Conta ao item 11.2.5 do Edital encontrar respaldo no normativo federal relativo à contratação de serviços continuados, recepcionado pelo Decreto Distrital nº 36.063/2014.

## **CONCLUSÃO**

22. Da análise à documentação disponibilizada nos autos, bem como na legislação de regência, consideramos que a contestação apresentada pela COOPERCAM – COOPERATIVA DOS CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS DE CARGAS E PASSAGEIROS EM GERAL LTDA. (e-doc 5C0C62A8-c), em seu Pedido de Reexame contra a medida determinada pelo Tribunal no item II-b.2 da Decisão nº 4.902/2016, no mérito, improcedente.

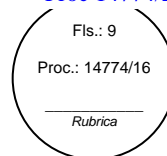
23. Verificamos, ainda, que a SE/DF promoveu nova pesquisa de preços, conforme determinado no item II.a da referida Decisão, obtendo uma redução de 26,8% do valor originalmente estimado. Informou, também, que promoveu as devidas adequações determinadas na Decisão. Porém, não foi disponibilizada a minuta da nova versão do edital.

24. Nesse sentido, iremos sugerir a continuidade do Pregão Eletrônico nº 05/2016, devendo ser observadas as medidas determinadas no item II-b.2 da Decisão nº 4.902/2016, bem como o novo custo estimativo informado nos documentos anexos ao Ofício nº 2.254/2016 – GAB/SE.

Diante do exposto, propomos que sejam os autos encaminhados ao egrégio Plenário com as seguintes sugestões:

- I – tome conhecimento do Ofício nº 2.254/2016 – GAB/SE (e-doc 6670FE1-c);
- II – considere cumprido o item II da Decisão nº 4.902/2016;
- III – negue provimento ao recurso apresentado pela COOPERCAM – COOPERATIVA DOS CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS DE CARGAS E PASSAGEIROS EM GERAL LTDA. contra a medida determinada pelo Tribunal no item II-b.2 da Decisão nº 4.902/2016;





IV – autorize:

- a) a continuidade do Pregão Eletrônico nº 05/2016, devendo ser adotada a medida determinada no item II-b.2 da Decisão nº 4.902/2016, bem como o novo custo estimativo informado nos documentos anexos ao Ofício nº 2.254/2016 – GAB/SE, reabrindo o prazo inicialmente previsto nos termos do art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, encaminhando cópia das medidas corretivas adotadas ao Tribunal;
- b) o encaminhamento de cópia do Relatório/Voto, da decisão que vier a ser adotada e da presente informação à Jurisdicionada;
- c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para arquivamento, após a verificação do cumprimento da alínea “a” precedente.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2016.

À consideração superior.

**Hugo Tomaz Neto Moraes**

Auditor de Controle Externo

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário.

Em, 25 de novembro de 2016.

**Antonio Carlos Dantas de Oliveira**

Diretor da DIACOMP4